

Revista
IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Agricultura Camponesa X Agronegócio:
Distintos modelos de desenvolvimento rural e seus dife-
rentes projetos socioeducacionais

Ana Carolina Bordini Brabo Caridá¹

Resumo

O artigo discute os distintos modelos de desenvolvimento rural para o país e aponta dois projetos socioeducacionais presentes no meio agrícola em Santa Catarina, um deles coordenado pela agricultura camponesa e o outro subsidiado pela agricultura familiar empresarial. Relata brevemente o histórico que deu origem à estrutura fundiária consolidada no país e explicita determinadas pontuações referentes às categorias “agricultura camponesa” e “agronegócio”, perpassando pelas demais formas de produção presentes no campo. Ao final, esboça alguns princípios que norteiam as práticas político-pedagógicas de ambas as instituições.

Palavras-chave: *agricultura camponesa; agronegócio; desenvolvimento rural.*

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Licenciada e bacharel em ciências sociais pela mesma instituição de ensino. Endereço eletrônico: carolcarida@gmail.com.

Abstract

The article discusses the different rural development models for the country and points to two socio-educational projects in the agriculture environment in Santa Catarina. One of them coordinated by peasant agriculture and the other subsidized by family farming business. Briefly recounts the history that gave rise to agrarian structure consolidated in the country and explains certain related scores to the categories "peasant agriculture" and "agribusiness", passing by other forms of production in the camp. At the end, it outlines some principles that guide the political and pedagogical practices of both institutions.

Keywords: *Peasant Agriculture, Agribusiness, Rural Development.*

Apresentação

O intuito deste artigo é contrapor duas categorias, “agricultura camponesa” e “agronegócio”, visto que estes são os dois projetos de desenvolvimento rural para o país. Para tanto, em primeiro lugar, procuro esclarecer por que a contraposição agricultura familiar/agronegócio não é suficiente para explicar o embate dos distintos modelos de sociedade propostos pelos e para os sujeitos do campo. Em um segundo momento, exponho dois modelos educacionais presentes no meio rural em Santa Catarina, cada qual sendo proposto por um dos distintos modelos de desenvolvimento rural.

O presente artigo é produto de reflexão teórica e não está amparado em dados. A fim de alcançar o proposto, menciono duas experiências pedagógicas modelares, em termos de construção de um espaço de disputa em torno das trajetórias dos jovens rurícolas. Entendo a esfera educativa como expressão de uma conflitualidade de projetos que atravessam o espaço agrário brasileiro e catarinense (agronegócio X campesinato). As experiências educativas são a materialização de conflitos maiores a cerca de projetos de “desenvolvimento rural” em disputa.

Em primeiro lugar, cito o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), programa do INCRA² firmado em parceria com

² Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Governo Federal).

instituições de ensino superior e movimentos sociais do campo. Em Santa Catarina, o projeto faz parceria com a UFSC, o Centro de Ciências da Educação (CED) e o Colégio de Aplicação (CED – UFSC). Atualmente, o laboratório coordena três projetos, dois deles em nível médio, são eles: curso de formação de jovens e adultos do campo, nos municípios de Campos Novos, Catanduvas e Abelardo Luz, e um curso técnico em Agroecologia na cidade de Fraiburgo.

Outro instituto de formação presente no meio rural é o CEDEJOR (Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural), subsidiado pelo Instituto Souza Cruz, o qual oferece cursos para jovens rurícolas no município de Lauro Muller, em Santa Catarina. Trata-se de uma experiência articulada a um projeto de desenvolvimento rural, associada ao campo sociopolítico do “agronegócio”.

O presente ensaio não pretende apreender a totalidade complexa dos elementos que envolvem a contraposição agricultura camponesa/agronegócio. Tendo por objetivo estudar recortes da realidade, a partir da classificação das categorias em *tipos ideais*. Tipos ideais referem-se a instrumentos de análise construídos a partir da observação pertinente de eventos que são caracterizados como “puros”. Para Weber (2004) pode-se perceber o mesmo fenômeno a partir de diferentes olhares.

O desenvolvimento histórico da agricultura no Brasil: considerações preliminares

No Brasil, como em outros países do mundo, a agricultura é uma construção estatal, isto é, o Estado delinea o que deve ser o desenvolvimento agrícola. Na década de 1960, a questão agrária brasileira se pautava na necessidade de redefinir ou não a estrutura fundiária do país em função das necessidades do desenvolvimento econômico. João Goulart, quando presidente da República, defendeu a reforma agrária, propôs a alteração

da base técnica de produção e da estrutura fundiária do país. A ideia era romper com o passado onde os latifúndios predominavam no espaço rural desde o século XVI.

Durante a ditadura militar, houve um processo que ficou conhecido como “modernização conservadora”, que transformou a base técnica de produção e as relações de trabalho, conservando a estrutura fundiária. O processo deu origem às empresas capitalistas de produção em larga escala. Nessas circunstâncias ocorre plena consolidação de vários complexos agroindustriais brasileiros, tais como açúcar, álcool, suínos, aves, soja, laranja, café, algodão e milho. Deste modo, o latifúndio se transforma em agricultura capitalista, através da técnica, modernizando os meios de produção. Altera-se a forma social de produzir, permanecendo a grande propriedade. Nesse momento adquiriram-se os instrumentos de trabalho e de produção na indústria, os quais transformaram as relações sociais. O modelo nacional desenvolvimentista transformou a base técnica da produção e as relações de trabalho (NEVES, mimeo). Assim, a agricultura se subordinou aos interesses da indústria, tornando-se um mercado de consumo, principalmente de bens de produção.

A agricultura no Brasil depende do jogo político de cada período histórico. O Estado não regula só a produção, mas também a compra e venda dos produtos agropecuários, definindo os lucros da produção. É a taxa de câmbio que determina o lucro na exportação. Por exemplo, o preço da soja é conduzido pelo mercado internacional cotado em dólar. Neste sentido, o agronegócio é fruto do processo de modernização capitalista, historicamente construído, que insere a atividade agropecuária num contexto de plena mercantilização (CAUME, 2009).

Pode-se dizer que no caso brasileiro houve uma construção histórica, em que o agronegócio se tornou predominante economicamente. O desenvolvimento agropecuário está alicerçado na agricultura capitalista, sendo 68% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros controlados pela elite da terra. Apenas 1% dos imóveis comporta 45% da área cadastrada no INCRA. A agricultura capitalista ocupa 23% da mão de obra, porém sua capacidade de gerar emprego é baixa. Ela recebe 74% do financiamento total do setor agrícola. Mesmo neste contexto, dados do Censo IBGE/FAO apontam que a agricultura familiar mantém

peso econômico importante e peso social muito significativo no país (GUANZIROLI, 2001).

A agricultura tem suas especificidades. Nesta atividade, o tempo de produção é diferente do tempo de trabalho. Existem momentos em que apenas o tempo está trabalhando. No setor industrial o que eleva a produtividade é o processo de divisão social do trabalho (MARX, 1989) e na produção agropecuária o trabalho é sequencial e não simultâneo, depende das condições naturais. Não é possível plantar e colher ao mesmo tempo, não se pode controlar o processo produtivo. Deste modo, a eficiência produtiva não garante o lucro capitalista e nem a produção como *coisa em si*.

Agricultura Camponesa X Agronegócio

Inicialmente é relevante desmistificar a contraposição agricultura familiar/agronegócio, para enfim alcançar o proposto pelo artigo que é o de contrapor as categorias agricultura camponesa/agronegócio. É necessário esclarecer o significado dessas categorias, para assim compreender por que a primeira contraposição citada não se verifica. Trata-se de uma ilusão criada por um jogo político-ideológico articulado por determinadas instâncias.

Por trás destas identidades sociopolíticas existem projetos em disputa. Caume (2009) cita Foucault para colocar que o aparato discursivo constrói a identidade dos sujeitos, uma vez que os movimentos sociais rurais, as empresas agrícolas, os técnicos de desenvolvimento rural e os formuladores de políticas públicas passam a interpretar o social a partir de um discurso já legitimado anteriormente.

Para o senso comum, a agricultura familiar representa a transmissão de saberes de geração em geração, a produção de tecnologia sustentável, o não estabelecimento de relações de exploração do trabalho, dentre outras classificações. No campo oposto está o agronegócio, representando a monocultura, tecnologia moderna, exportação, produtividade, latifúndio, monopólio dos recursos governamentais, concentração de renda e poder, industrialização da produção agropecuária, desigualdade social, êxodo rural, emprego etc.

O agronegócio como autoconstrução ideológica se expressa como tendo uma homogeneidade de interesses, isenção de conflitos, defendendo os interesses de toda a sociedade, contribuindo para o PIB e etc. Seus ideólogos defendem que inexitem alternativas históricas de desenvolvimento rural. Desvalorizam os movimentos sociais de lutas pela reforma agrária e os processos agroecológicos de produção.

Seguindo esta forma de compreensão, vê-se uma disputa entre o agronegócio e os movimentos de trabalhadores do campo. Suas identidades sociopolíticas se afirmam na negação da outra. Enquanto a agricultura familiar trabalha para desmistificar o agronegócio, este demonstra superioridade e eficiência. Configura-se, assim, a disputa sociopolítica pela legitimação de diferentes projetos (Ibidem).

O agronegócio como categoria analítica é composto por uma diversidade de agentes sociais, agregados em subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca (compra e venda). Ele não é uma força social de produção. Trata-se da integração de vários setores da economia em conjunto com a produção agropecuária, produção esta que é orientada para o mercado, uma vez que produz matéria-prima para o processamento das indústrias alimentícias (Ibidem).

A espinha dorsal do agronegócio é composta de três segmentos: indústria para o agro (indústrias à montante); agricultura capitalista e agricultura familiar; e agroindústria, que realiza o processamento agropecuário (indústria à jusante). Suas ramificações se apresentam na forma de financiamentos, pesquisa agropecuária, comercialização, distribuição (logística), armazenamento e assistência técnica e extensão rural. Assim, diferentes formas sociais de produção são abarcadas pelo agronegócio; trata-se de um sistema interdependente, composto de uma multiplicidade de sujeitos socioeconômicos. É a forma de estruturação do capitalismo no campo agrícola. No que se refere à agricultura familiar, pode-se dizer que ela é uma forma social de produção que pode ou não estar englobada pelo agronegócio. Desta forma, o agronegócio não está contra a agricultura de cunho familiar (Ibidem).

O agronegócio é um complexo agroindustrial que procura transformar um processo biológico na máxima produtividade econômica. Neste fluxo

de troca, a agricultura se assemelha à indústria, por tratar-se de um processo controlado pelo homem. Caume (2009) aponta que no capitalismo há lugar para formas sociais de produção que não se ancoram no trabalho assalariado, inexistindo a oposição capital/trabalho.

Na indústria da agricultura ocorre a tecnificação do processo de produção, utilização de insumos de origem industrial, mercantilização da produção, comercialização da produção, especialização do sistema de produção, crescente demanda de capital e transformação das relações sociais de produção (força de trabalho como mercadoria). Neste sentido, o agronegócio não é uma forma social de produção. Ele abarca duas delas: a familiar e a capitalista. E, portanto, a contraposição agricultura familiar/agronegócio não é suficiente para explicitar os reais conflitos dos distintos projetos em disputa para o meio rural.

Para Marx (1989), o capitalismo é relação social. Relações que os homens estabelecem durante o processo de produção, extraindo a mais-valia através de relações de assalariamento. Neste sentido, Neves (mimeo) define o que são formas sociais de produção estabelecendo duas categorias: mão de obra assalariada e mão de obra familiar. Vê-se o trabalho como princípio organizador do mundo social.

Pode-se dizer que no meio rural existem três formas sociais de produção: latifúndio (não se insere na lógica do agronegócio)³, agricultura familiar e agricultura capitalista. Estas duas últimas categorias se diferem em suas relações sociais de trabalho, porém ambas podem estar presentes na lógica do agronegócio. A agricultura familiar não é capitalista, porque não vende e compra força de trabalho. Esta categoria é dividida em dois segmentos: agricultura familiar empresarial e agricultura familiar camponesa. A última não é regida pela lógica do agronegócio, otimizando recursos internos para a subsistência.

³ Se refere à ociosidade da terra e ao emprego de mão-de-obra sob comando. Para saber mais consultar: CAUME, 2009.

Como dito anteriormente, o agronegócio é a única categoria que não é uma forma social de produção. Ele é um processo de integração socioeconômica que incorpora diferentes formas de produção, eficiência e racionalidade econômica. Neste sentido, a agricultura camponesa, uma vez que não se enquadra neste fluxo de troca, pode ser contraposta ao agronegócio.

A agricultura capitalista é uma forma social de produção que está ancorada na compra e venda de força de trabalho. Trata-se de uma produção destinada ao mercado, que converte o produto em lucro. Dá ênfase a sistemas produtivos especializados e sua lógica atende às demandas de mercado. Se a compra de trabalho na propriedade é maior que o trabalho familiar, é considerado capitalista. Trata-se da expressão da eficiência e da produtividade no mercado capitalista. Não é um sistema econômico (como o agronegócio), é uma forma social de produção, pautada em relações sociais de produção. É derivada do processo de modernização do latifúndio, quando a terra aparece como mercadoria.

Na agricultura familiar, a gestão da produção e o trabalho são praticados pelas mesmas pessoas. Não ocorre a divisão social do trabalho e os produtores dominam completamente o processo de produção agropecuário. Mas, neste sentido, vê-se múltiplos arranjos internos à propriedade, no que se refere às dimensões terra, trabalho e família. Estas são determinadas pelos diferentes ambientes sociais, econômicos e políticos em que se inserem (VAN DER PLOEG, 2008).

A partir desta definição pode-se enquadrar a agricultura familiar dentro de uma lógica tipológica: de um lado, a que se caracteriza predominantemente pelo peso do trabalho familiar, e de outro, a que depende do mercado. Assim, têm-se dois modelos: a agricultura familiar de modo empresarial e a agricultura familiar de modo camponês. Ambas utilizam mão de obra familiar.

No caso camponês, o sistema de produção é tradicional, faz uso de saberes próprios transmitidos de geração em geração para construir seus meios de produção. Seu sistema de produção é diversificado, pois depende pouco das regras de mercado e possui uma lógica familiar mais abrangente. Já a agricultura familiar de modo empresarial tem sua ple-

na inserção no mercado, consome tecnologias, pois seu sistema de produção é especializado, pratica uma lógica familiar menor que a camponesa (Ibidem).

Para Van der Ploeg (2008), o modo camponês de fazer agricultura se caracteriza pela internalização da natureza, realizando a coprodução entre o homem e o meio natural. Sua centralidade está na perícia artesanal e em tecnologias baseadas em habilidades. Dá ênfase à quantidade e à qualidade do trabalho. É multifuncional e pluriativa⁴. Representa a continuidade de passado, presente e futuro, aumentando a riqueza social e gerando renda, emprego e desenvolvimento local diversificado (Ibidem).

O modo empresarial de fazer agricultura é desconectado da natureza; trata-se de uma “indústria da agricultura”. É especializada e totalmente dependente do mercado. Sua centralidade está no empreendedorismo e nas tecnologias mecânicas. O aumento da produção em escala é a trajetória dominante. Representa a ruptura entre passado, presente e futuro. No presente nega a tradição e para o futuro é insustentável. Concentra a riqueza social, reduz o emprego e pratica o desenvolvimento local especializado.

A agricultura familiar empresarial e a agricultura familiar camponesa se aproximam no que se refere às relações familiares de produção. A maior parcela da agricultura familiar no Brasil é de cunho camponês (GUANZIROLI, 2001). Esta realiza conciliação no mercado e produz para o autossustento. O campesinato não é uma economia de subsistência, trata-se de um autoconsumo com trocas mercantis (ABRAMOVAY, 2007).

Para Van der Ploeg (2008), o campesinato é o futuro da agricultura, representa a sustentabilidade, o desenvolvimento social, econômico e am-

⁴ Para saber mais sobre a pluriatividade da agricultura familiar consultar: SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 73-109.

biental. Trata-se da construção de um novo paradigma de produção da agricultura através da ciência. Para o autor, a produção camponesa não deve ser regulada pelas forças de mercado, deve operar num campo de resistência ao agronegócio (VAN DER PLOEG, 2008).

Neste período histórico, a ideia do campesinato é resgatada devido às crises ambiental e empregatícia. No modelo camponês a produção é para o auto-consumo. O trabalho é definido pelas necessidades da própria família. Ele é um meio de produção da família. O campesinato representa a autonomia na produção e no mercado, através de redes de comercialização, pautadas no associativismo e no cooperativismo. Este modelo de produção agropecuário representa a capacidade de resistência destes trabalhadores, bem como a reprodução social e o modo de funcionamento econômico diferentes da agricultura familiar empresarial (Ibidem).

A resistência se encontra em uma vasta gama de *práticas* heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como *distintamente diferente*. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrupe bom” é produzido, como as “vacas nobres” são criadas e como as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, elas são veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na *multiplicidade de respostas* continuadas e/ou criadas de uma nova forma (Ibidem, p. 289).

PRONERA X CEDEJOR

Reavivando o tema proposto pelo ensaio, exponho duas propostas educacionais muito distintas presentes no meio rural em Santa Catarina. A primeira executada pelos movimentos sociais rurais e a segunda subsidiada pelo agronegócio. Advogou-se a teoria acima a fim de explicitar

que o PRONERA está vinculado ao projeto sociopolítico da “agricultura camponesa” e o CEDEJOR está entrelaçado à “agricultura familiar empresarial”. Esta discussão é a expressão do “campo de lutas” na esfera da educação rural.

Ambos os modelos pedagógicos trabalham com a pedagogia da alternância (tempo escola/tempo comunidade), a qual contribui com a escolarização, pois os jovens e familiares podem se programar para suas ausências em determinada etapa da produção agropecuária (TESTA, 1999). Cada iniciativa possui um viés formativo, com metodologia, objetivos e ações direcionadas a determinados fins.

Cada projeto político pedagógico se desenvolve com um distinto propósito. De acordo com cada instituição, haverá a promoção de um discurso específico que, ao ser inculcado e incorporado pelos estudantes, vai gerar diferentes formas de *habitus* (BOURDIEU, 2009) que por sua vez estarão relacionados com questões mais amplas das políticas agrícolas, sejam elas da agricultura patronal ou familiar.

Os princípios e pressupostos teórico-metodológicos do PRONERA referem-se à valorização da cultura, dos saberes e das práticas coletivas no intuito de transformação da realidade através de uma interpretação e atuação crítica no meio social, sempre levando em consideração cada contexto específico (PRONERA; Manual de Operações, 2004).

O objetivo geral do PRONERA é:

Fortalecer a educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável (RODRIGUES, 2006).

O PRONERA tem como público-alvo jovens e adultos moradores de assentamentos da reforma agrária criados pelo INCRA. O trabalho educativo é desenvolvido por instituições de ensino superior, em conjunto com a coordenação estadual de educação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Os estudantes que participam do projeto educacional são vinculados sócio e politicamente a este movimento social (Idem, *ibidem*). O movimento encara a educação de

modo a construir o cenário onde estes estudantes vivem e são educados (MARTINS, 2009). O foco do projeto está em fazer com que os estudantes se apropriem de conhecimentos relevantes para a interpretação da realidade social (Ibidem).

O MST defende uma educação voltada para o campo, ou seja, para a realidade do meio rural. Visa solucionar problemas que surgem no dia a dia destas comunidades, no intuito de formar para o trabalho agrícola. Busca alternativas para a permanência no campo e melhorias para a qualidade de vida destas populações (MST, 2005).

A aproximação com a perspectiva de educação do MST permite perceber que ela se define, pelo menos em termos teóricos, em oposição à concepção dominante de educação na sociedade capitalista [...] Posiciona-se contra a educação voltada para as necessidades do mercado de trabalho e que forma, desigualmente, os indivíduos para diferentes funções (MARTINS, 2009, p. 23).

Para o MST pensar a educação é pensar um processo social intermediado pelas próprias relações sociais que o constituem, sobretudo a relação entre educação e vida produtiva, entendida especialmente na sua dimensão de produção das condições materiais da existência humana (RODRIGUES, 2006).

O CEDEJOR (Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural) é subsidiado, como dito anteriormente, pelo Instituto Souza Cruz. Apresenta-se como uma associação civil sem fins lucrativos (OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). As atividades são “voltadas para a formação de jovens Agentes de Desenvolvimento Rural com vistas à construção de novos empreendimentos nos territórios rurais”⁵. Seu principal objetivo é: promover ações sociais, educacionais e culturais que contribuam para a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Para consecução desses fins, a instituição se propõe a desenvolver processos educativos participativos

⁵ Informações extraídas do site oficial:
<http://www.cedejor.org.br/ctms/6/10/pedagogia> (acesso em 06/07/2010).

que busquem a formação do jovem rural, possibilitando a gestão de alternativas voltadas ao desenvolvimento econômico e social integrado e sustentável das comunidades rurais. Seu público-alvo são jovens advindos da agricultura familiar empresarial, e suas ações são propostas no Programa Empreendedorismo do Jovem Rural ⁶.

A pedagogia empreendedora não propõe o rompimento com o modelo perverso de produção capitalista. Pelo contrário, propõe uma relação positiva com esta realidade, da forma como está estabelecida, sem operar conflitos. No conceito de sociedade subjacente à proposta de Pedagogia Empreendedora, a compreensão do homem é separada do resultado de sua produção, ao mesmo tempo que se defende que o sonho é individual, mas que o resultado dele deve trazer benefício para a coletividade. Em segundo lugar, pode-se afirmar que a “teoria” que serve de base para a Pedagogia Empreendedora aposta numa iniciativa individual e joga para o sujeito toda a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do seu sonho (projeto). A proposta não leva em conta os conflitos de classe, os quais são travestidos numa espécie de destemor do empreendedor frente aos desafios da vida (SCHNEIDER, 2008, pp. 75-76. *Apud*: CÊA; LUZ, 2007).

O método do empreendedorismo segue a lógica do capital e abrange todos com o objetivo de acirrar a competitividade, gerando desigualdade social, pois nem todos podem competir da mesma forma.

Van der Ploeg (2008) afirma que o jogo de forças se pauta na autonomia *versus* dependência. Aponta que os camponeses possuem um papel crítico na modernidade, representando uma força política antagônica ao capital. Afirma que ocorre uma crise do sistema produtivista, que abre espaço para processos de produção sustentáveis. Para o autor, o agronegócio regula e padroniza as relações de dominação e controle social. Assim, valoriza o campesinato e o encara como o futuro do meio rural. Menciona que essa forma de cooperação quebra os grandes

⁶ Ibidem.

mecanismos de dependência, uma vez que insere a produção em novos e relativamente pequenos espaços de mercado, estabelecendo relações diretas entre produtores e consumidores (VAN DER PLOEG, 2008).

Considerações finais

A partir desta discussão teórica, nota-se que o PRONERA está alinhado aos interesses dos agricultores camponeses, ao passo que o CEDEJOR defende os interesses do agronegócio, visando educar jovens agricultores familiares em consonância com o viés político-ideológico de seus representantes. Reproduzem-se assim, dentro do campo educacional, conflitos referentes a distintos projetos de desenvolvimento rural.

Os *capitais* (BOURDIEU, 2009) incorporados durante o processo educativo constituirão práticas distintas relativas às condições objetivas de existência dos sujeitos do campo. Formar-se-ão *habitus* que reproduzirão os condicionamentos sociais exteriores às subjetividades dos agentes, concretizando os dois projetos em disputa.

Os resultados do modelo empreendedor trazem consigo uma série de efeitos perversos que podem ser vistos tanto nas relações de exploração do trabalho como na questão ambiental. Por outro lado, o modelo norteado por uma vivência orgânica com a natureza envolve uma *práxis* orientada para a resistência e a manutenção de um estilo de vida transmitido de geração em geração.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAUME, David José. **Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias**. *Redes*, Santa Cruz do Sul – RS, n. 1, 2009 (no prelo).

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MARTINS, Suely Aparecida. **A formação política da juventude do Movimento Sem Terra no Estado do Paraná**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MST. **Dossiê MST escola: documentos e estudos 1990-2001**. Veranópolis/RS: ITERRA, 2005.

NEVES, Delma P. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** Mimeo.

RODRIGUES, Lyvia Maurício. **Desafios e possibilidades na Educação de Jovens e Adultos no contexto do Pronera**. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PRONERA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Manual de Operações. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

SCHNEIDER, Carlise Porto. **Agricultura familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo/RS**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

TESTA, V. M., et al. **Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento**. Salvador-BA: UNEFAB - Anais do I Seminário Internacional sobre Pedagogia da Alternância, 1999.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

Artigo recebido para publicação em:

22 de agosto de 2011.

Artigo aceito para publicação em:

10 de março de 2012.

Como citar este artigo:

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini Brabo. “Agricultura Camponesa X Agronegócio: distintos modelos de desenvolvimento rural e seus diferentes projetos socioeducacionais”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 1, p. 33-49, 2012.